

CONFERÊNCIAS

INJUNÇÕES LIMINARES DA HISTÓRIA-CIÊNCIA.

(Prolegômenos para uma integração do saber histórico) (*).

Ao abordar a zona liminar entre a História-ciência e a Filosofia da História, oportuno seria recordar as distinções fundamentais entre o conhecimento chamado científico e o conhecimento filosófico. Não vamos demorar-nos a procurá-las; em todo o caso, pressupo-las-emos.

De momento, não chamaremos a atenção para o delinear geral do problema do método em História; não chegaremos a deter-nos, sequer, no estudo tão oportuno, da constituição do esquema básico de articulações da equipe de estudos históricos com tôda a rica variedade de elementos que exige para que o estudo histórico possa ter aquêla caráter sistemático que é solicitado para todo o conhecimento verdadeiramente científico.

Uma profunda reflexão sôbre êstes assuntos se pressupõe em todo o historiador, reflexão decerto não isolada porque o trabalho sôbre que ela se exerce não é de trabalhadores isolados. E' ela que constitui aquilo a que se chamou já a "inquietação metodológica do historiador"; inquietação que é permanente no dizer de alguém entre nós e que, não raro, conduz a determinações muito originais e próprias em cada pesquisador ou grupo de pesquisadores.

Separamos intencionalmente êstes problemas, deixando-os fora das nossas cogitações de hoje. Eles se integram em dado momento do filosofar em tôrno da História-ciência. Entretanto,

(*) — Conferência pronunciada no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no dia 29 de novembro de 1962, sob os auspícios da Sociedade de Estudos Históricos (Nota da Redação).

to, nós anuímos em não distorcer a ordem das questões oferecendo às de natureza prática e imediata a anterioridade que, em princípio, a outras cabe. Não estabelecemos aqui prioridades de valor geral, mas tão só de valor lógico.

Convidamô-los, meus senhores, a uma pequena escalada. Não pelo desporto simples que gera prazeres e convence até a dedicação heróica; não também por “designios” ideológicos que freqüentemente erguem ante nós e entre nós muros difíceis de transpor: convidamô-los para olhar de uma região cuja altitude permita dominar conjuntos por vêzes já muito esmiuçados, mas outras tantas desatendidos, nesta perspectiva de integração onde o homem “vendo” pressente mais claramente a sua própria estrutura e condição.

Não vamos pretender, também, uma apresentação integral da paisagem. Em nossa modesta condição de “guia contratado” hoje, não queremos papaguear uma lição aprendida. Queremos apenas indagar, em vossa companhia, acêrca de certos problemas, num extravasar, desculpável, de auscultações pessoais.

Tem havido e há ainda um alheamento notável por parte de historiadores pelos problemas chamados, com certa correnteza, de Teoria da História. Razões dêste alheamento, por vêzes voluntário, outras apenas mal pressentido, poderíamos colher da própria confissão de historiadores honestos que não desejam ultrapassar o estrito campo de atuação que lhes está destinado por vocação ou escolha. Recolhem dados, articulam razões pesadas e medidas, formulam explicações e cremos nelas.

Intencionalmente dizemos cremos nelas, porque a racionalidade que as reveste é inteiramente satisfatória apenas dentro do quadro em que se constitui, isto é, aquém de certo número de premissas que servem de pontos de partida às referidas construções. Por experiência sabemos todos nós que, olhadas estas premissas num esforço crítico despido de preconceitos mas munido de agudeza, todo êste esplendor de racionalidade **ad intra** muitas vêzes estremece e se obnubila.

Pensamos na História, mas o que até aqui dissemos é válido para os outros campos do conhecimento. Normalmente há um disfarce audaz para esta dúvida que fere a nossa inteligência: refugiamo-nos na produtividade das nossas conquistas. Aderimos ao seu valor aparente (queremos com isto dizer valor de presença e não valor fictício), concentramo-nos neste de forma progressiva até convertê-lo em impulso para novas pesquisas. Sobre êste lastro crescente as nossas emoções vão ganhando uma estabilidade que por fim — doloroso equívoco — se converte em princípio de evidência. Dêste mo-

do, mercê de um desvio inicial do senso crítico em relação ao objeto, a atenção centrou-se em tórno dos resultados dos conhecimentos científicos, dos seus frutos e não sôbre os princípios, as suas premissas. A questão formulada deixou de ser a da fundamentação para ser a da apologia. Confundiui-se apologia e fundamentação: preferiu-se aquela porque confere a estabilidade emocional que tranquiliza e deixa adormecer o próprio sentido crítico eminente e exclusivamente de natureza intelectual.

Em fundamentação só pode falar-se quando as bases sôbre as quais se ergue a estrutura geral de uma ciência dada foram clarificadas. E não só elas, mas a própria estrutura dessa ciência.

Também nos ensina a história do pensamento — e felizmente — que após a afirmativa das conquistas práticas num certo campo de pesquisas, a indagação teórica, de natureza filosófica, se estabelece. As tentativas de formalização das ciências sucedem-se até lograr-se um apóio fundamental: entre hesitações e descobertas, mas numa porfia que é ambição de segurança e verdade.

Olhemos o que ocorreu e ocorre ainda com a Física. Lançada por intuições geniais de alguns de seus cultores em caminhos novos, dadas novas premissas, realizou ante os nossos olhos atônitos construções de assômbro! Entretanto, reflexões como as de Helmholtz, Hertz, Eddington, Reichenbach e muitos outros, mostram-nos o desêjo de deslindar no seu formalismo puro, a estrutura e os princípios lógicos articuladores dos conteúdos das ciências da natureza.

Assim é que os próprios cultores da Física mais conceituados, não se orgulham do alheamento das pesquisas neste nível. Bastará passar os olhos por êsse interessante livrinho de Heisenberg, **Física y Filosofia** (1), para nos assegurarmos destas afirmações. Max Born escrevia há cêrca de trinta anos:

“Los problemas de la física actual son filosóficos, en el mejor sentido de la palabra, aunque no rocen los problemas eternos del hombre...”.

Na mesma conferência a que pertence êste excerto, apresentando o estado atual da Física em relação ao de há um século atrás, considerava o grande número de observações e fatos sem integração naquilo a que êle chama o “esquema dos conceitos correntes”. Denomina de labirinto as trajetórias da

(1). — Trad. de Fausto de Tezanos Pinto. Buenos Aires, Ed. La Isla, 1959.

Física atual em busca de um encadeamento satisfatório e conclui:

“El pensamiento pudiera caer em la desesperación, pues si bien la física se adorna exteriormente con sus más brillantes descubrimientos y sirve mejor que entonces al progreso técnico, el pensador escrupuloso no se deslumbra con este esplendor y advierte las grietas que resquebrajan las bases de la ciencia y siente el deber de reflexionar sobre sus fundamentos” (2).

Sabemos ser a Física uma das ciências cujo campo de investigação apresenta, no consenso geral, um grau de objetividade maior. Este pretendido grau de objetividade poderia conferir a cada passo nosso neste terreno uma clarividência, se não suficiente, ao menos tranquilizadora. Em todo o caso, o que observamos da parte dos seus mais ilustres cultores é um crescente desêjo de integrá-la num quadro geral de conhecimento que possa elucidar-nos à cerca do seu nível de verdade: uma inquietação não apenas sôbre os caminhos a seguir para descobrir mais, mas para alcançar, à luz da razão pura, uma credencial de verdade para suas fecundas afirmações. É a nítida percepção dos problemas da Filosofia das Ciências.

“Cuando nos representamos un grupo de relaciones mediante un riguroso y coherente sistema de conceptos, axiomas, definiciones y leyes, que a su vez está representado por un esquema matemático, lo que en realidad hacemos es aislar e idealizar este grupo de relaciones con un propósito de clarificación. Pero, aun cuando por tal modo se logre una completa claridad, no se sabe en qué exacta medida el sistema de conceptos describe la realidad” (3).

Eis uma clara enunciação da relatividade do conhecimento científico. Os esquemas em que se vasam os conteúdos das diversas ciências são esquemas de nossa elaboração, constituídos, sem dúvida, sôbre objetos específicos com a pretensão, além disso, de exprimir relações de sua própria essência, entretanto, abrangendo-as numa limitação tal que em cada momento há que repensá-los para alargar-lhes o seio ou mesmo para substituir-lhes as premissas.

Observada cada ciência como um sistema explicativo fechado e adstrito a um certo campo, aparece-nos apenas com o valor de uma pretensa apreensão do real. Configura-se nos

(2). — Ley y materia, in “Revista de Occidente”, junho de 1926, pp. 307-308 e 327.

(3). — Heisenberg (Werner). — Física y Filosofía. Buenos Aires, 1956.

como a explicação de um objeto dado, mediante unificações intencionais, justificadas por certo número de conceitos ou princípios previamente enunciados.

De momento, desejaríamos só pôr em relêvo três noções a nosso ver básicas para o problema a equacionar hoje: 1). — a da natureza das unificações científicas; 2). — a do conjunto de princípios justificativos dessas unificações; 3). — a das referências intencionais a um objeto específico. O estudo profundo de cada um destes temas situa-nos imediatamente em campo distinto do do conhecer estritamente científico: o campo da teoria de cada ciência.

Na ordem psicológica da aquisição dos conhecimentos, só num segundo momento êste problema é apreendido. Entretanto, na ordem da fundamentação racional êle é o primeiro. Só quando as três questões acima propostas foram abordadas sistematicamente e clarificadas em relação aos conteúdos que as preenchem, isto é, em relação à “matéria” de cada ciência, esta pode considerar-se inteiramente coerente, racionalmente válida e a sua explicação adequada.

O campo da Filosofia das Ciências para o qual nos arrastamos oferece-se-nos, dêste modo, como um campo complementar necessário. Em verdade, êle é exigido pelo desenvolvimento natural dêsse estímulo que, na ordem racional, conduziu o homem à formulação do próprio saber científico. Caracterizamos êste como a elaboração de conteúdos materiais — podemos chamar-lhes empíricos — mediante princípios de unificação, os pontos de partida lógicos. Ora, é exatamente sôbre êstes pontos de partida, espécie de alicerces do castelo, que a mesma inteligência exige uma reflexão. Os postulados de cada ciência — êles não são sempre de natureza lógica apenas —, na medida em que são estabelecidos para campos restritos de indagação, são caracterizados também por uma evidência relativa. Êles se constituem, pois, novos objetos de conhecimento, oferecidos agora a novas unificações e referências.

Voltando, entretanto, a um momento anterior do nosso raciocínio, isto é, ao nível do conhecimento científico, descobrimos que o critério preferencial das teorias dentro de cada ciência costuma ser dado pela maior coerência interna e âmbito maior de explicação que uma oferece em relação às outras. Isto mostra ser de importância capital para cada ciência a enumeração de seus postulados. Esta enumeração não só garante a maior segurança no desenvolvimento do raciocínio como, além disso, nos protege contra a intromissão de elementos estranhos à condição específica da ciência abordada.

Eis-nos chegados ao ponto que ora importava. Cremos poder lançar uma afirmativa de condição primordial para que possa falar-se em História como de um campo de conhecimento certo — podemos dizer de ciência —: enquanto não seja estabelecido para a História o conjunto de postulados a que necessariamente se faz apêlo no decurso da sua constituição; enquanto não fôr enunciada a natureza das unificações históricas e esclarecida a intencionalidade de suas referências, não podemos, rigorosamente, falar senão de indagações empíricas. As explicações delas geradas arrastarão consigo tal multidão de atos de fé pessoal que a inteligência há-de, por força, ficar perplexa. E' certamente por esta razão que tantos ainda hoje se negam a aceitar a História como ciência. Se ela não satisfaz como tal, isso não se deve, a nosso ver, tanto à incapacidade própria quanto à carência de uma definição dos pressupostos aos quais nos referimos.

No passado I Simpósio de Professôres de História do Ensino Superior, realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, foi lançada uma moção, aprovada depois por unanimidade, na qual se pedia que fôsse constituído um grupo para estudar a unificação do vocabulário histórico (4). Os historiadores de profissão confessam o justo embaraço em face da arbitrariedade da linguagem por eles mesmos utilizada. A dificuldade é grande, sem dúvida: até para nos entendermos. Mas eu volto a perguntar: e os princípios mediante os quais se constitui o sistema dos conceitos cujos termos vão ser esclarecidos pelo dicionário em preparação? E' o sistema como conjunto e não só o conceito, mesmo quando expresso unívocamente, que constitui a explicação histórica. Por isso é na conjugação dos fatos históricos mediante operações seletivas que reside o problema crucial.

A questão é a nosso ver tanto mais importante, quanto desejamos iniciar as gerações que sobem nos escalões do campo que elas desejam cultivar. Deixá-las-emos entregues aos recursos de sua imaginação, convidando-as a ir "ensaiando" segundo inspirações pessoais ou exemplos anteriores as associações de fatos para elas mal acabados de caracterizar? Não merecerão os problemas da síntese histórica o valor de uma abordagem sistemática a partir do próprio ensino?

Mediante um esforço secular acumulado, o setor da heurística adquiriu um esquema de ordenação. A própria crítica externa se estabeleceu em bases sólidas, decerto já inamo-

(4). — Anais do I Simpósio de Professôres de História do Ensino Superior. Marília, 1962, pp. 289-290, moção n.º 5.

víveis. Ambas, entretanto, heurística e crítica externa, não podem considerar-se já tarefas do historiador. Elas são melhor levadas a cabo por técnicos e eruditos de formação acentuadamente filológica, cuja aptidão especializada oferece às conclusões entre êles discutidas, a estabilidade conveniente.

A tarefa do historiador começa verdadeiramente, a nosso ver, com os problemas da crítica interna. Esboça-se aqui a determinação do fato histórico cuja configuração é dada só por posteriores relações. Prepara-se o quadro cronológico geral, o ponto de partida para, em sucessivas dissociações e em sucessivas aproximações provisórias surgirem depois as relações genéticas definitivas em que o historiador fará consistir a explicação histórica.

*

Uma das primeiras exigências propostas pela síntese histórica é a do estabelecimento da ontologia do histórico. Sem isto, tôda a referência ao objeto é um ninho e um cadinho de equívocos. Sem dúvida, a indagação acêrca da ontologia do histórico supõe uma indagação acêrca da simples ontologia. E não diria bem se por indagação viéssemos a entender só, como quer Hartmann para a Filosofia, um levantar de problemas. O que propomos para os limiares iniciais da Filosofia da História é uma ontologia fundamentada. Radicando nela, a ontologia do histórico traduz-se em termos de constituição de objeto e é, por isso, um problema imediato da Teoria da História.

Conceitos de mudança, fato histórico, desenvolvimento de virtualidades, passado histórico, sucessão, contemporaneidade, etc., encontramô-los utilizados ou supostos repetidamente em Historiografia. Entretanto, a definição da sua essência cabe inteiramente à Teoria da História: fazem parte do seu capítulo acêrca da ontologia do histórico. Para o historiador, esta análise não é, de modo algum, supérflua. Normalmente êle tentou-a alguma vez à sua responsabilidade. Porém, enquanto esta abordagem é ou foi assistemática, carece de valor científico, pois estabeleceu-se fragmentariamente.

Fizemos há pouco uma referência à indagação acêrca da simples ontologia apresentando-a como necessária à ontologia do histórico que ora nos interessa. Esta relação pode talvez suscitar reparos ao historiador que assim se vê lançado na especulação da Filosofia pura que tanto se distancia, afinal, dos seus campos de pesquisa. Desejamos, por isso, acrescentar que, embora só ligada à ontologia pura a ontologia do histórico se es-

clareza no todo, o esboço desta pode, a título propedêutico, tentar-se com certa independência. Na verdade, mediante a chamada posição transcendental, tomada aqui em seu caráter provisório de posição metodológica e não de sistema, pode lograr-se a descrição quer de áreas, quer de objetos mais restritos do conhecimento. Permite-nos esta atitude, valiosa aquisição do pensamento moderno, colocar entre parêntesis problemas cuja solução depende de uma dialética longa. Reservando-se êstes para uma abordagem posterior, podemos lançar-nos a uma análise descritiva do objeto. Esta análise torna-se possível por aquilo a que chamaria Husserl a descrição fenomenológica. Não é êste o momento mais adequado a uma penetração mais profunda do problema. Desejaríamos apenas deixar, com êste vislumbre, aberta a possibilidade de abordar a ontologia do histórico em função propedêutica à ciência histórica.

A ontologia do histórico apresenta-se, então, como um conjunto de afirmativas em relação ao objeto da ciência histórica, afirmativas que são, afinal, outros tantos postulados desta.

*

Um outro grupo de postulados nasce na problemática da gnoseologia pura. A análise do conhecimento histórico supõe, de modo indeclinável, uma resolução de certos problemas do conhecimento puro. A posição transcendental, válida como atitude provisória, garantia de uma indagação mais livre e paciente, não pode converter-se em posição permanente sem destruir **ipso facto** o valor e o sentido das nossas construções científicas, então reduzidas a livre ensaio estético ou a mero arranjo lúdico. E' assim que se torna indispensável determinar o tópico em que se situa o conhecimento científico no problema geral do conhecimento. E é nesta integração do conhecimento científico num quadro geral da curiosidade humana que podem ser estabelecidas as variantes correspondentes à modalidade do conhecimento histórico. Tôda a especulação realizada em tôrno dêste sem o delineamento do quadro referido está votada a não ultrapassar um domínio estritamente hipotético, por mais que se apele, então, para os fatos simples, ou para os fatos históricos, ou para a "liberdade" do historiador como unidade cognoscente.

As duas primeiras apelações padecem de uma transição de campo claramente indevida. Quando se discute a legalidade do conhecimento não deve recorrer-se ao fato que nos vem dêle mediante um mecanismo complexo, ainda em exame. A

última apelação anula, por si só, tôda a pretensão de conhecimento histórico como conhecimento certo, reduzindo a história a arte pura, reduzida a natureza a mera extravasão do sujeito cognoscente. Isto descobrimos em Simmel quando tenta fugir ao historicismo refugiando-se ou valendo-se de um subjetivismo de feição criticista. Diz-nos êle no seu breve prólogo aos **Problemas de Filosofia da História** (5):

“...la imagen científica de la naturaleza, la inteligibilidad de sus fuerzas, aquello que puede ser para el alma, es obra del alma misma... Hay que librarse también del historicismo, como Kant se libró del naturalismo. Quizás la misma crítica del conocimiento facilite esta liberación: que el espíritu forme también soberanamente la imagen de la existencia espiritual que llamamos historia, mediante las categorías propias del mismo espíritu cognoscente. La naturaleza y la historia condicionan al hombre que es sujeto de conocimiento, pero el hombre que es sujeto de conocimiento engendra la naturaleza y la historia”.

Simmel envolve-se, neste último raciocínio, pelo menos tal como aqui nô-lo apresenta, num círculo que traz implicada uma embaraçosa indiscriminação entre conhecimento e ser. Atrever-me-ia a sugerir uma correção à sua última frase, dando-lhe a seguinte forma:

“...o homem, que é sujeito de conhecimento, engendra uma explicação da natureza e da história”.

Dêste modo, saindo do relativismo como forma de Filosofia geral implicado na primeira construção, voltaríamos a uma posição crítica mais rigorosa. Retomamos também o conhecimento como uma “adequação” numa dualidade que na formulação de Simmel nos aparece fictícia, dada a quase supressão do objeto oferecido como algo em última análise inapreensível e, por isso, construído pelo sujeito. O homem ganha uma dimensão megalômana. E, uma vez que “engendra a natureza e a história” pode, já que é sujeito de conhecimento, formar também, “soberanamente a imagem da natureza e da história”.

Parece-nos evidente que só o absoluto é pensável na solidão, isto é, em si mesmo e por si mesmo e o histórico não poderia aplicar-se-lhe porque o tempo fragmenta na ordem do

(5). — SIMMEL (Georg). — *Problemas de Filosofia de la Historia, seguido de los estudios El Tiempo Historico y la Configuración Historica*. Buenos Aires, Ed. Nova, 1950, p. 10.

ser e na do conhecer. O contingente supõe como condição de pensabilidade, a relação dual — o fundamental pressuposto de uma gnoseologia pura — que antes assinalamos. Só daqui poderemos partir para uma tentativa ou para tentativas de determinação da relatividade implicada nos diversos processos de apreensão. O objeto aparecerá, decerto, limitado pelas condições do sujeito cognoscente, mesmo que êste seja reduzido a mera unidade aperceptiva. Entendamos estas condições como condições da razão histórica e não da psicologia do homem. As limitações que daqui advêm são expressas no próprio instrumental representativo do objeto: o mundo dos conceitos. Tôda a explicação aparece como conjugação de conceitos “adequados” a uma dada realidade. E esta conjugação é oportunidade de um nôvo “desfazamento”. Mas não podemos esquecer que é a relativa inadequação do conceito ao objeto e do sistema à realidade, que dão razão do progresso na ciência. Ora a adequação é função da ontologia do objeto, quero dizer, ela é tanto maior quanto mais corresponder à ontologia do objeto e quanto mais discriminada aparecer a estrutura do sujeito em que também se apóia.

Ressalta de nôvo a importância da determinação da ontologia do histórico. Aparece também a necessidade de se estabelecerem as condições mínimas desta unidade aperceptiva que deve ser o historiador. Precisamente o estabelecimento destas condições constituirá uma das áreas de fundamentação gnoseológica sem a qual não será legítimo falar em História como ciência.

Procuramos assim retirar à chamada “subjetividade” do conhecimento histórico essa flutuação que o torna de tal modo ambíguo a ponto de levar inteligências exigentes à negação do nível de ciência à História.

E’ esta “subjetividade”, cuja denominação passaremos a substituir pela de relatividade, que preferimos, postulado não só da explicação histórica, operada na zona da síntese desta ciência, sôbre a seleção dos fatos históricos, mas também, em menor escala, é certo, das sucessivas operações analíticas mesmo desde a heurística.

Ela é, entretanto, um dos elementos básicos que mais carece de uma determinação clara e minuciosa da parte da Gnoseologia da História. E’ a sua natureza um dos elementos mais equívocos — cremos que o mais equívoco — entre historiadores e filósofos da História. Enquanto ela se apresente como algo livremente adstrito ao historiador individual, subordinado inteiramente ou condicionado pelas vivências pessoais

e coletivas dos grupos a que pertenceu, a História ingressará dúbiamente no nível de ciência. Enquanto a liberdade do historiador fôr tomada como capacidade para elaborar a História em consonância com a mundividência pessoal, ela escapa aos limites da ciência.

A ciência, qualquer que seja, significa uma síntese. Os princípios dessa síntese jamais podem ter como fundamento a opção individual ou de grupos.

Filósofos e historiadores, empiristas e racionalistas, encontram-se na tentativa de determinação dessa relatividade histórica que, emancipando a História do indivíduo ou coletividade da qual brota, a filia num conjunto definível de conceitos básicos.

De entre os primeiros escolhamos o próprio Simmel no mesmo excerto por nós há pouco transcrito:

“...que el espíritu forme también soberanamente la imagen de la existencia espiritual mediante las categorías propias del espíritu cognoscente”.

Este “espírito cognoscente” não é a criação que tende a superar, com suas categorias próprias o indivíduo cognoscente?

Não representa o imanentismo de Croce ainda uma tentativa de superação do mesmo subjetivismo de caráter individual?

Voltemo-nos agora para os historiadores de profissão. Refiramos apenas — exigências de brevidade limitam as nossas análises — um nome ilustre dos nossos dias: Toynbee. No volume introdutório do seu **A Study of History**, não procura erguer-se à determinação das categorias que deverão estabelecer a ciência histórica acima de um estrito condicionalismo de lugar e tempo?

Ao indagar à-cêrca de qual deverá ser o “campo inteligível de estudo histórico”, Toynbee formula uma outra pergunta que diz ser de importância permanente”. Ei-la textualmente:

“...há algum campo inteligível de estudo histórico que seja absoluto e não meramente relativo ao meio social particular de determinados historiadores? Sendo assim, parece que o nosso inquérito fêz surgir o fato de que o pensamento histórico está profundamente marcado pelas instituições dominantes do meio social transitório no qual acontece viver o historiador. Se fôr provado que esta marca é tão profunda e tão ampla como atualmente a ponto de constituir as categorias **a priori** na mente do historiador o nosso inquérito teria chegado a uma conclusão. Significaria que a dependência do pensamento histórico ao meio social era absoluta; e neste

caso seria inútil contemplar o movimentado filme da literatura histórica na esperança de discernir nêle os delineamentos de alguma forma permanente. O historiador teria de admitir que, embora lhe seja possível trabalhar uma morfologia de sua própria mente pela análise das influências exercidas nela pela sociedade determinada na qual êle viveu, não lhe seria possível descobrir a estrutura da própria sociedade ou das outras sociedades na qual outros historiadores e outros seres humanos viveram, em locais e tempos diferentes. Esta conclusão, entretanto, ainda não nos convence. Sendo assim, nós achamos que no primeiro plano do pensamento histórico há um resplendor de relatividade e não é impossível que o reconhecimento dêste fato possa provar ser o primeiro passo para o reconhecimento da presença de algum objeto constante e absoluto no fundo do pensamento histórico. O passo seguinte será, portanto, procurar um campo inteligível de estudo histórico e independente do local e do tempo em que se está e das concepções dos historiadores que foram focalizados até agora” (6).

Sem dúvida Toynbee, no conjunto do seu pensamento, não abandona a linha empirista da velha tradição inglesa a que é tão fiel, como também Simmel não se liberta de um psicologismo comprometedor em questões gnoseológicas. Cremos que nenhum destes carris pode conduzir a uma fundamentação gnoseológica ou mesmo permitir um equacionar exaustivo do pro-

(6). — Oxford, University Press, 1956, pp. 15-16. “...‘Is there some intelligible field of historical study which is absolute and not merely relative to the particular social environment of particular historians?’. So far, our inquiry seems to have brought out the fact that historical thought takes a deep impress from the dominant institutions of the transient social environment in which the thinker happens to live. If this impress proved to be so profound and so pervasive as actually to constitute the a priori categories in the historian’s mind, that conclusion would bring our inquiry to an end. It would mean that the relativity of historical thought to the social environment was absolute; and in that case it would be useless to gaze any longer at the moving film of historical literature in the hope of discerning in it the lineaments of some abiding form. The historian would have to admit that, while it might be possible for him to work out a morphology of his own mind by analysing the influences exerted upon it by the particular society in which he lived, it was not possible for him to discover the structure of that society itself, or of the other societies in which other historians and other human beings have lived in different times and places. That conclusion, however, does not yet confront us. So far, we have simply found that in the foreground of historical thought there is a shimmer of relativity, and it is not impossible that the ascertainment of this fact may prove to be the first step towards ascertaining the presence of some constant and absolute object of historical thought in the background. Our next step, therefore, is to take up the search for an intelligible field of historical study independent of the local and temporary standpoints and activities of historians upon which we have focused our attention hitherto”.

blema. Acreditamos, sim, que seja ainda a via das análises fenomenológicas que nos leve a bom termo. Inserimo-nos através delas na já robusta herança do pensamento moderno continuando indagações agudas e descrições progressivas, aceitamos o anelo de uma determinação quanto possível rigorosa dos quadros especiais em que se elabora e resolve a nossa curiosidade intelectual. O pensamento filosófico, na fase de desenvolvimento em que se encontra nos nossos dias impõe esta tarefa como preliminar lógica indeclinável à pesquisa verdadeiramente científica.

Estes são alguns dos problemas que ligam a História à Filosofia numa inserção que, se apresenta as suas dificuldades, é igualmente certo que evita uma confusão perniciosa que tem levado a misturar num mesmo texto, Filosofia e História pretendendo-se, entretanto, estar fazendo História pura...

No terreno mesmo dos historiadores de profissão, dissemos há pouco, esta necessidade do recurso à Filosofia é confessada, embora nem sempre o problema seja equacionado com inteira correção. Isto provém, a nosso ver, de uma posição artificial em face dos reais problemas da Filosofia da História que devem ser pensados no seu conjunto, numa integração ordenada, porque a natureza dos mesmos problemas os relaciona indeclinavelmente. Ora sucede que o historiador profissional, em face da situação concreta, sentindo a necessidade de um auxílio que o seu método, constituído sobretudo de hábitos lhe não oferece, se socorre então do que julga ser a Filosofia, atribuindo-lhe um simples problema teórico de metodologia específica. E' esta uma posição estritamente empírica que, por equívoca, a Filosofia, mesmo a Filosofia da História não pode validar. Tomemos, para mais fácil análise do problema, um motivo concreto. Tomêmo-lo de um historiador de reputação consagrada em nossos dias: Henri Sée, o autor de tão numerosos e consagrados estudos desde a História política e econômica até a História das idéias e tocando, além disso, temas da Filosofia da História. Diz-nos êle em seu interessante livro **Science et Philosophie de l'Histoire**:

“Il y a d'ailleurs une raison pratique que rend égitime et même nécessaire, la philosophie de l'histoire. C'est que, bien que le travail historique soit encore relativement très peu avancé, nous risquons d'être acablés par

(7). — Notemos que este apêlo a uma razão prática para justificar a Filosofia da História é de si ambígua. A razão legítima de apelação para a Filosofia das Ciências deverá ser a da fundamentação destas na ordem racional, que se liga ao problema da integração do saber.

le poids de l'érudition, submergés par les travaux de détail. Comment dominer cette lourde masse? Comment rendre accessible "cette infinie diversité des faits"? Il ne faut pas seulement compter sur des puissants esprits, de l'envergure d'un Einstein, pour opérer sur elle 'la combinaison et la réduction' nécessaires".

Notemos que a síntese aparece não já como um recurso de espíritos privilegiados mas uma necessidade do cultor da Historiografia.

"La spécialisation — une spécialisation même de plus en plus poussée, — était la condition nécessaire des progrès de l'histoire, comme de toute science.

C'est qu'en effet de nouveaux domaines, autrefois inexplorés, ont été abordés: l'histoire économique et sociale, l'histoire des idées, des arts, des religions, etc... Le champ des recherches a gagné, à la fois, en largeur et en profondeur. Les historiens ont donc de plus en plus de peine, à voir les grandes lignes de l'histoire générale, s'exposant à une myopie de plus en plus dangereuse. Il est donc tout naturel qu'ils demandent à la philosophie le fil conducteur qui leur manque. Même ceux qui ont pratiqué l'érudition de la façon la plus consciencieuse sentent le besoin de savoir "où il vont".

Ce n'est pas qu'il faille demander à la philosophie de l'histoire des directions trop étroites. Elle n'a pas à tracer de programme aux érudits et aux historiens, ni à proscrire comme oiseuses certaines recherches... Au fond, l'étude des documents en histoire, comme les expériences de laboratoire dans les sciences physico-chimiques, nous révèlent des coins de la réalité, et c'est de là qu'il faut toujours partir. Non qu'il n'y ait pas intérêt à poser des questions, à formuler des problèmes que l'expérience devra vérifier; et ici, la philosophie de l'histoire aura son mot à dire; mais ce sont seulement des **indications** qu'elle devra fournir aux travailleurs; elle ne prétendra pas leur donner des ordres; elle ne se considérera pas comme l'architecte régeant des maçons.

Nous concluons que les richesses qui nous encombrant (bien qu'elles soient encore infiniment trop peu nombreuses), rendent nécessaire tout un travail synthétique, auquel pourront suffire de bons esprits, même dépourvus de génie, pourvu qu'ils suivent une saine méthode.

S'agit-il de l'histoire générale: des constructions sont nécessaires, qui groupent un grand nombre de faits, en montrent le lien et l'enchaînement, sans appareil d'éru-

dition. Par leyr simple rapprochement, on peut aboutir à des conclusions nouvelles” (8).

Eis como um historiador de profissão delimita a tarefa da Filosofia da História considerando a elaboração de construções gerais, no campo da própria Historiografia, a sua atribuição dominante. Entretanto, trata-se aqui apenas de um momento do método histórico. Trata-se da formulação da hipótese histórica que o historiador, não o filósofo deve estar disposto a elaborar em determinado momento da reunião de dados... e a tentar provar em seguida com um agrupamento sistemático e repensado destes, até convertê-la em teoria histórica que, no entanto, jamais se constituirá em Teoria da História.

O que percebemos no fundo desta posição de inspiração positivista é uma desvalorização do pensamento filosófico que nesta concepção nunca terá forças para atingir posições de veracidade e deve, por isso, circunscrever-se a funções ancilares. Por outro lado, o que se aproveita da Filosofia da História, vem apenas da posição tradicional. Ela continua sendo tentada como interpretação do acontecer histórico, embora no autor presente despida de todo o caráter substancialista que se percebe em Hegel ou do caráter providencialista das auscultações cristãs do sentido da História.

Notemos, entretanto, que pensar filosoficamente o sentido da História supõe a definição de premissas diversas daquelas que presidem à História-ciência e totalmente fora do alcance desta. A passagem do conhecimento chamado científico para o filosófico apresenta uma variação de nível não menor do que a que percebemos facilmente no trânsito da constatação empírica — chamada também conhecimento empírico — para o nível do conhecimento científico.

O cientismo de tipo comteano permanece nesta tentativa que faz Henri Sée de libertação do fato bruto que em sua infinita pluralidade atordoa o historiador e o faz perder as verdadeiras direções.

A filosofia da História assim concebida, afigura-se-nos injustificável. Ela aparece, afinal, de tal modo desqualificada que o próprio caráter de instrumentalidade que se lhe atribui a não válida. Ela não tem, no fim de contas, o direito “nem de traçar direções demasiado estreitas”, “nem de proscrever como ociosas certas pesquisas”, “nem de traçar programas aos eruditos e

(8). — 2a. ed., Paris, Félix Alcan, 1933, pp. 243-245.

historiadores”, etc., etc. ... ela deve apenas “sugerir indicações”, fornecê-las aos pesquisadores. Acontece, porém, que estas mesmas as não dá o filósofo da História, cuja existência, a partir daqui, se não entenderá, mas o historiador de profissão. Eis a Filosofia da História constituída num quase insignificante elo do método histórico quando aflora a zona da síntese.

O equívoco, com ser flagrante, não deixa de ser demasiado grave. Denuncia-se que a reflexão àcerca da História como ciência não atingiu ainda aquêlê grau de maturação que vai permitir isolar os problemas formais do método que constituem, sem dúvida, um dos capítulos da Epistemologia da História e a questão da aplicação do método a um conteúdo historiográfico, o que compete unicamente ao historiador de profissão.

O filósofo da História poderá distinguir o nexô causalitário constituindo, até, o seu esquema; poderá fixar os critérios racionais da conversão da hipótese histórica em teoria histórica; os critérios da distinção e seleção do fato histórico: só porém o historiador estará apto ao preenchimento dêstes quadros formais. Igualmente só o historiador será apto a elaborar qualquer hipótese explicativa em ciência histórica.

A tão falada relação estreita entre a História e a Filosofia não deve em momento algum justificar a promiscuidade dos problemas das duas áreas de conhecimento essencialmente distintas. Se é inegável que elas se ligam é por uma inserção clarificável em que uma das indagações não pode substituir a outra, mas também não pode dispensá-la numa falsa suficiência.

Ciência e Filosofia estabelecem-se na linha das indagações humanas em complementaridade que não é fusão de processos. Um mérito especial da inteligência está em distinguir-lhes as conexões.

*

Meus senhores, usei e abusei da vossa atenção e paciência. Estou-lhes, entretanto, extremamente grata por ambas. Fi-lo não sem haver pensado demoradamente. Não teria aceitado tomar-lhes êstes minutos se uma certa mensagem que se me agiganta não diluísse as pretensões de um pensamento pessoal.

Vistes que vos não trouxe soluções, mas problemas. Não vim ensinar — não poderia fazê-lo sem corar demasiado — mas apenas solicitar-lhes o esforço para uma reflexão conjunta sô-

bre temas urgentes, ainda bastante novos no mundo e mais ainda no mundo brasileiro. Aos mais velhos de vós eu solicito ainda a paternal atenção para as inteligências jovens que, ano após ano, vos pedem diretrizes, numa receptividade magnífica para soluções e também para interrogações que só a inteligência mais amadurecida mas não esclerosada pode formular.

MARIA CLARA REZENDE TEIXEIRA CONSTANTINO

Profa. de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (São Paulo).